



# Receita Federal

Coordenação-Geral de Tributação

PROCESSO	00000.000000/0000-00
SOLUÇÃO DE CONSULTA	98.028 – COSIT
DATA	4 de fevereiro de 2025
INTERESSADO	CLICAR PARA INSERIR O NOME
CNPJ/CPF	00.000-00000/0000-00

## Assunto: Classificação de Mercadorias

**Código NCM:** 8806.94.00

**Ex Tipi:** sem enquadramento

**Mercadoria:** Veículo aéreo não tripulado de quatro rotores verticais (drone) com pulverizador agrícola acoplado, próprio para ser pilotado remotamente ou para realizar voos programados sem a intervenção de um operador (realizar mapeamento, seguir uma rota de tarefa produzida por aplicativo, acompanhar terreno etc.), com dimensões de 2.800 mm x 3.085 mm x 820 mm (braços e hélices desdobrados), peso máximo de decolagem de 92 kg para pulverização, contendo câmera FPV ultra HD com estabilizador inclinável, sistema de radar de matriz por fases, sistema de visão binocular e sistema de navegação GNSS, destinado a efetuar pulverização de lavouras agrícolas, apresentado em embalagem que inclui pulverizador, controle remoto, cordão para controle remoto, adaptador de energia, bateria inteligente para o controle remoto, carregador com múltiplas entradas para bateria inteligente, cabo de alimentação CA do carregador, cabo USB-c, carregador USB e suporte das hélices.

**Dispositivos Legais:** RGI 1 (Nota 1 do Capítulo 88) e RGI 6 da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Gecex nº 272, de 2021, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 11.158, de 2022; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 2.169, de 2023.

## RELATÓRIO

Consulta o interessado quanto à classificação fiscal na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) constante da Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada pela Resolução Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021, e da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi),

aprovada pelo Decreto nº 11.158, de 29 de julho de 2022, para a mercadoria abaixo especificada, a partir de dados apresentados pelo consulente:

*[Informações protegidas por sigilo fiscal/ comercial.]*

## FUNDAMENTOS

### Identificação da mercadoria:

2. A análise das informações prestadas e dos documentos apresentados evidencia que a mercadoria sob consulta é um veículo aéreo não tripulado de quatro rotores verticais (drone) com pulverizador agrícola acoplado, próprio para ser pilotado remotamente ou para realizar voos programados sem a intervenção de um operador (realizar mapeamento, seguir uma rota de tarefa produzida por aplicativo, acompanhar terreno etc.), com dimensões de 2.800 mm x 3.085 mm x 820 mm (braços e hélices desdobrados), peso máximo de decolagem de 92 kg para pulverização, contendo câmera FPV ultra HD com estabilizador inclinável, sistema de radar de matriz por fases, sistema de visão binocular e sistema de navegação GNSS, destinado a efetuar pulverização de lavouras agrícolas, apresentado em embalagem que inclui pulverizador, controle remoto, cordão para controle remoto, adaptador de energia, bateria inteligente para o controle remoto, carregador com múltiplas entradas para bateria inteligente, cabo de alimentação CA do carregador, cabo USB-c, carregador USB e suporte das hélices.

### Classificação da mercadoria:

3. A classificação fiscal de mercadorias fundamenta-se, conforme o caso, nas Regras Gerais para a Interpretação do Sistema Harmonizado (RGI) da Convenção Internacional sobre o Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias, nas Regras Gerais Complementares do Mercosul (RGC/NCM), nas Regras Gerais Complementares da Tipi (RGC/Tipi), nos pareceres de classificação do Comitê do Sistema Harmonizado da Organização Mundial das Aduanas (OMA) e nos ditames do Mercosul, e, subsidiariamente, nas Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Nesh).

4. A RGI 1 dispõe que os títulos das Seções, Capítulos e Subcapítulos têm apenas valor indicativo, para os efeitos legais, a classificação é determinada pelos textos das posições e das Notas de Seção e de Capítulo e, desde que não sejam contrárias aos textos das referidas posições e Notas, pelas Regras seguintes (RGI 2 a 5).

5. A posição 88.06 corresponde aos “*Veículos aéreos (aeronaves) não tripulados*”. A abrangência dessa posição é delimitada pela Nota 1 do Capítulo 88, *in verbis*:

*1.- Na aceção do presente Capítulo, considera-se "veículo aéreo (aeronave) não tripulado" qualquer veículo aéreo (aeronave), exceto os da posição 88.01, concebido para voar sem piloto a bordo. Podem ser concebidos para transportar uma carga útil ou equipados com câmeras fotográficas digitais integradas de forma permanente ou outros dispositivos que lhes permitam executar funções utilitárias durante o voo.*

*A expressão "veículo aéreo (aeronave) não tripulado" não compreende, no entanto, os brinquedos voadores concebidos unicamente para fins de divertimento (posição 95.03).*

(grifou-se)

6. Por sua vez, as Nesh da posição 88.06 esclarecem seu alcance da seguinte forma:

*De acordo com a Nota 1 do presente Capítulo, esta posição compreende os veículos aéreos (aeronaves) não tripulados, concebidos para voar sem piloto a bordo, exceto os da posição 88.01. [...]*

*Embora os veículos aéreos (aeronaves) não tripulados possam ter diferentes formas e tamanhos, são normalmente equipados com uma ou mais hélices ou um ou mais rotores motorizados, ou asas fixas, e com sistemas de comunicação para comando e controle por um operador remoto. Podem igualmente incorporar receptores de Sistema Global de Navegação por Satélite (GNSS) (por exemplo, GPS, GLONASS ou BEIDOU) para efetuar um voo estacionário estável e retornar ao ponto de decolagem, bem como sistemas para contornar obstáculos e para reconhecimento de objetos e rastreamento.*

*Os veículos aéreos (aeronaves) não tripulados podem ser concebidos para transportar uma carga útil ou ser equipados com aparelhos fotográficos digitais integrados de modo permanente ou outros dispositivos que permitam realizar funções utilitárias, tais como o transporte de carga ou passageiros, fotografia aérea, trabalhos agrícolas ou científicos, operações de socorro, combate a incêndios, vigilância ou funções militares.*

(grifou-se)

7. Diante dos dizeres da Nota 1 do Capítulo 88 e dos esclarecimentos das Nesh acima transcritas, fica claro que a posição 88.06 é a correta para classificar os drones equipados com um dispositivo que permita realizar trabalhos agrícolas, como a pulverização.

8. A posição 88.06 se desdobra nas seguintes subposições de primeiro nível:

<b>88.06</b>	<b>Veículos aéreos (aeronaves) não tripulados.</b>
8806.10.00	- Concebidos para o transporte de passageiros
8806.2	- Outros, concebidos unicamente para serem pilotados remotamente
8806.9	- Outros

9. Para classificação nas subposições, a RGI 6 estabelece que:

*A classificação de mercadorias nas subposições de uma mesma posição é determinada, para efeitos legais, pelos textos dessas subposições e das Notas de subposição respectivas, bem como, mutatis mutandis, pelas Regras precedentes, entendendo-se que apenas são comparáveis subposições do mesmo nível. Na aceção da presente Regra, as Notas de Seção e de Capítulo são também aplicáveis, salvo disposições em contrário.*

10. As Nesh da posição 88.06 explicam a diferença entre os tipos de controle a que as aeronaves dessa posição se submetem durante os voos:

*Um veículo aéreo (aeronave) não tripulado somente pode efetuar voos teleguiados controlados a todo o momento durante o voo por um operador que se encontra noutro local (por exemplo, no solo, num navio, noutra aeronave ou no espaço), ou efetuar voos programados para ocorrer sem a intervenção de um operador.*

11. Assim, excetuado o caso das aeronaves concebidas para transporte de passageiros (subposição de primeiro nível 8806.10.00), os drones cujo voo sempre necessite ser controlado a todo momento por um operador enquadram-se na subposição de primeiro nível 8806.2 (“*Outros, concebidos unicamente para serem pilotados remotamente*”). Por outro lado, os drones capazes de efetuar voos programados que transcorrem sem a intervenção de um operador devem incluir-se na subposição de primeiro nível 8806.9 (“*Outros*”).

12. De acordo com as informações instrutivas do processo, o drone em questão é capaz de realizar missões automatizadas, como realizar mapeamento, seguir uma rota de tarefa produzida por aplicativo, acompanhar terreno etc. Logo, classifica-se na subposição de primeiro nível 8806.9, que contempla as subposições de segundo nível abaixo:

<b>8806.9</b>	<b>- Outros:</b>
8806.91.00	-- De peso máximo de decolagem não superior a 250 g
8806.92.00	-- De peso máximo de decolagem superior a 250 g, mas não superior a 7 kg
8806.93.00	-- De peso máximo de decolagem superior a 7 kg, mas não superior a 25 kg
8806.94.00	-- De peso máximo de decolagem superior a 25 kg, mas não superior a 150 kg
8806.99.00	-- Outros

13. A mercadoria apresenta peso máximo de decolagem (incluindo a aeronave em si, o tanque de pulverização e a bateria) de 92 kg. Consequentemente, classifica-se na subposição de segundo nível **8806.94.00** (“*De peso máximo de decolagem superior a 25 kg, mas não superior a 150 kg*”), que não contém aberturas regionais e, portanto, corresponde ao código NCM final.

14. Com relação à classificação na Tipi, observa-se que o código 8806.94.00 possui o seguinte Ex-tarifário, no qual a mercadoria consultada não se enquadra:

*Ex 01 - Concebidos para a obtenção ou captura de imagens*

## CONCLUSÃO

15. Com base nas Regras Gerais para Interpretação do Sistema Harmonizado RGI 1 (Nota 1 do Capítulo 88 e texto da posição 88.06) e RGI 6 (textos da subposição de primeiro nível 8806.9 e da subposição de segundo nível 8806.94.00), da NCM constante da Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada pela Resolução Gecex nº 272, de 2021, e da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto nº 11.158, de 2022; e em subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Nesh), aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela Instrução Normativa (IN) RFB nº 2.169, de 2023, a mercadoria CLASSIFICA-SE no código NCM **8806.94.00**, sem enquadramento em “Ex” da Tipi.

**ORDEM DE INTIMAÇÃO**

Aprovada a Solução de Consulta, nos termos do art. 48 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, pela 3ª Turma, constituída pela Portaria RFB nº 1.921, de 13 de abril de 2017, à sessão de 29 de janeiro de 2025. Divulgue-se e publique-se nos termos do art. 44 da Instrução Normativa RFB nº 2.057, de 9 de dezembro de 2021.

Encaminhe-se para ciência do consulente e demais providências cabíveis.

*(Assinado Digitalmente)*

**Gilberto de Guedes Vaz**

*Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil*

*Membro da 3ª Turma*

*(Assinado Digitalmente)*

**Sura Helen Cot Marcos**

*Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil*

*Relatora*

*(Assinado Digitalmente)*

**Ivana Santos Mayer**

*Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil*

*Membro da 3ª Turma*

*(Assinado Digitalmente)*

**Danielle Carvalho de Lacerda**

*Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil*

*Presidente da 3ª Turma*